

X CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DE COIMBRA

14, 15 E 16 DE OUTUBRO DE 2025



Apoio Institucional



SIMPÓSIO 19

Modalidade de Realização:

Presencial

Simpósio:

SALVAGUARDA DOS DIREITOS HUMANOS E DA NATUREZA POR MEIO DO CONSENTIMENTO PRÉVIO LIVRE E INFORMADO DE POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS

Coordenadores:

Nome da Coordenadora 1: Liana Amin Lima da Silva

Vinculação Institucional: Universidade Federal da Grande Dourados / Programa de Pós-Graduação em Fronteira e Direitos Humanos (PPGFDH/ UFGD), Brasil

Resumo Curricular: Professora Adjunta de Direitos Humanos e Fronteiras da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados e do Programa de Pós-Graduação em Fronteira e Direitos Humanos (PPGFDH/ UFGD). Doutora em Direito Socioambiental e Sustentabilidade, com pós-doutorado em Direito (PUCPR) e pós-doutorado em “Novos Direitos, Novos Sujeitos” pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Coordenadora do Observatório de Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado. Diretora do Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental e Instituto O Direito Por Um Planeta Verde.

Nome do Coordenador 2: Daniel Sebastian Granda Henao

Vinculação Institucional: Universidade Federal da Grande Dourados / Programa de Pós-Graduação em Fronteira e Direitos Humanos (PPGFDH/ UFGD), Brasil

Resumo Curricular: Doutor em Relações Internacionais pela PUC-Rio. Professor Visitante no Programa de Pós-graduação em Fronteiras e Direitos Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGFDH/ UFGD). Mestre em Relações Internacionais pela UnB. Graduado em Ciência Política pela Universidade Nacional de Colômbia (UNAL, Medellin). Pesquisador do Observatório de Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado. Sua pesquisa procura estabelecer os nexos entre as formas de guerra por outros meios e as dinâmicas da economia neo-extrativista nos conflitos socioambientais e territoriais junto às comunidades em áreas de retomada Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul.

Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):



X CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DE COIMBRA

14, 15 E 16 DE OUTUBRO DE 2025

Organização



Ius Gentium Coimbriga - IGC (Centro de Direitos Humanos)



Instituto Nacional de Pesquisa e Promoção de Direitos Humanos

Apoio Institucional



A efetivação dos direitos da natureza e dos direitos coletivos dos povos e comunidades tradicionais enfrenta vários desafios no contexto da emergência climática. Na audiência para a Opinião Consultiva sobre Emergência Climática da Corte Interamericana de Direitos Humanos foi destacado que a livre determinação e as formas de territorialidade dos povos e comunidades são fundamentais para combater a degradação ambiental, limitar a perda de sociobiodiversidade, frear o desmatamento e são cruciais para a luta contra as mudanças climáticas. Há quase duas décadas tivemos avanços constitucionais significativos na América Latina com o reconhecimento dos princípios pluralistas e direitos da Madre Tierra, visando uma nova forma de convivência cidadã na diversidade e harmonia com a natureza para alcançar o bem viver, “el sumak kawsay”. Direitos fundamentais dos povos são indissociáveis dos direitos da natureza, dimensões da dignidade da pessoa humana e as coletividades como a livre determinação e territorialidade, a titulação coletiva de terras e territórios, a proteção de seus lugares sagrados, o direito a ser consultado cada vez que se prevejam medidas administrativas ou legislativas que possam afetá-los. Nesse sentido, o simpósio visa discutir sobre a importância de se efetivar os direitos humanos das coletividades e direitos da natureza. Compreender as estratégias jurídicas e políticas por meio de protocolos autônomos de consulta, os desafios, avanços e limitações hermenêuticas do alcance do direito ao consentimento livre, prévio e informado na Corte Interamericana e demais Tribunais para a compreensão do direito à livre determinação como salvaguarda dos direitos da natureza.

Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:

Português (X)

Inglês (X)

Espanhol (X)

ACOMPANHE O CIDH Coimbra

cidhcoimbra.com

contact@cidhcoimbra.com

@cidhcoimbra



CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DE COIMBRA

14, 15 E 16 DE OUTUBRO DE 2025



Apoio Institucional



SYMPOSIUM 19

Modality:

In-person

Symposium:

SAFEGUARDING HUMAN AND RIGHTS OF NATURE THROUGH THE FREE, PRIOR AND INFORMED CONSENT OF INDIGENOUS AND TRIBAL COMMUNITIES

Coordinators:

Name of Coordinator 1: Liana Amin Lima da Silva

Institution: Federal University of Grande Dourados / Postgraduate Program in Borders and Human Rights (PPGFDH/UFGD), Brazil

Curricular Summary: Professor of Human Rights and Borders at the School of Law and International Relations of the Federal University of Grande Dourados and the Postgraduate Program in Borders and Human Rights (PPGFDH/UFGD). PhD in Socioenvironmental Law and Sustainability, with a postdoctorate in Law (PUCPR) and a postdoctorate in “New Rights, New Subjects” from the Federal University of Ouro Preto (UFOP). Master in Environmental Law from the State University of Amazonas (UEA). Coordinator of the Observatory of Community Protocols for Consultation and Prior, Free and Informed Consent. Director of the Center for Research and Extension in Socioenvironmental Law and the Institute for the Law for a Green Planet.

Name of Coordinator 2: Daniel Sebastian Granda Henao

Institution: Federal University of Grande Dourados / Postgraduate Program in Borders and Human Rights (PPGFDH/UFGD), Brazil

Curricular Summary: PhD in International Relations at PUC-Rio. Visiting Professor in the Postgraduate Program in Borders and Human Rights at the Federal University of Grande Dourados (PPGFDH/UFGD). Master in International Relations at UnB. Graduated in Political Science at the National University of Colombia (UNAL, Medellin). Researcher at the Observatory of Community Protocols for Consultation and Prior, Free and Informed Consent. His research seeks to establish the links between forms of warfare by other means and the dynamics of the neo-extractivist economy in socio-environmental and territorial conflicts along with communities in areas of Kaiowá and Guarani reoccupation in Mato Grosso do Sul.

Line(s) of discussion (symposium description):

The realization of the rights of nature and the collective rights of traditional peoples and communities faces several challenges in the context of the climate emergency. At the hearing



acompanhe o CIDH Coimbra

cidhcoimbra.com

contact@cidhcoimbra.com

[@cidhcoimbra](https://www.facebook.com/cidhcoimbra)

X CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DE COIMBRA

14, 15 E 16 DE OUTUBRO DE 2025



Apoio Institucional



for the Advisory Opinion on the Climate Emergency of the Inter-American Court of Human Rights, it was highlighted that self-determination and forms of territoriality of peoples and communities are fundamental to deal with environmental degradation, limiting the loss of socio-biodiversity and curbing deforestation, which are crucial to fight against climate change. Almost two decades ago, we saw significant constitutional advances in Latin America with the recognition of the pluralist principles and rights of Mother Earth, aiming at a new form of citizen coexistence, in diversity and harmony with nature, to achieve good living, "sumak kawsay". The fundamental rights of peoples are inseparable from the rights of nature, dimensions of the dignity of the human person and collectives such as self-determination and territoriality, collective titulation to lands and territories, protection of their sacred places, and the right to be consulted whenever administrative or legislative measures that may affect them are envisaged. In this sense, the symposium aims to discuss the importance of realizing the human rights of communities and the rights of nature. Understanding the legal and political strategies through autonomous consultation protocols, the challenges, advances, and hermeneutical limitations of the scope of the right to free, prior, and informed consent in the Inter-American Court and other Courts in order to understand the right to self-determination as a safeguard of the rights of nature.

Languages of abstracts that will be accepted for presentation:

Portuguese (X)

English (X)

Spanish (X)

ACOMPANHE O CIDH Coimbra

cidhcoimbra.com

contact@cidhcoimbra.com

@cidhcoimbra



X CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DE COIMBRA

14, 15 E 16 DE OUTUBRO DE 2025



Apoio Institucional



SIMPOSIO 19

Tipo de implementación:

En persona

Simposio:

SALVAGUARDA DE LOS DERECHOS HUMANOS Y DE LA NATURALEZA
MEDIANTE EL CONSENTIMIENTO LIBRE, PREVIO E INFORMADO DE LOS
PUEBLOS INDÍGENAS Y TRIBALES

Coordinadores:

Nombre de la Coordinadora 1: Liana Amin Lima da Silva

Vinculación Institucional: Universidad Federal de Grande Dourados / Programa de Posgrado en Fronteras y Derechos Humanos (PPGFDH/UFGD), Brasil

Resumen Curricular: Profesora Adjunta de Derechos Humanos y Fronteras en la Facultad de Derecho y Relaciones Internacionales de la Universidad Federal de Grande Dourados y del Programa de Posgrado en Fronteras y Derechos Humanos (PPGFDH/UFGD). Doctora en Derecho Socioambiental y Sustentabilidad, con postdoctorado en Derecho (PUCPR) y postdoctorado en “Nuevos Derechos, Nuevos Sujetos” por la Universidad Federal de Ouro Preto (UFOP). Máster en Derecho Ambiental por la Universidad Estatal de Amazonas (UEA). Coordinadora del Observatorio de Protocolos Comunitarios de Consulta y Consentimiento Previo, Libre e Informado. Director del Centro de Investigación y Extensión en Derecho Socioambiental y del Instituto de Derecho para un Planeta Verde.

Nombre del Coordinador 2: Daniel Sebastian Granda Henao

Vinculación Institucional: Universidad Federal de Grande Dourados / Programa de Posgrado en Fronteras y Derechos Humanos (PPGFDH/UFGD), Brasil

Resumen curricular: Doctor en Relaciones Internacionales por la PUC-Rio. Profesor visitante del Programa de Posgrado en Fronteras y Derechos Humanos de la Universidad Federal de Grande Dourados (PPGFDH/UFGD). Magíster en Relaciones Internacionales por la UnB. Licenciada en Ciencia Política de la Universidad Nacional de Colombia (UNAL, Medellín). Investigadora del Observatorio de Protocolos Comunitarios de Consulta y Consentimiento Previo, Libre e Informado. Su investigación busca establecer los vínculos entre las formas de guerra por otros medios y la dinámica de la economía neoextractivista en los conflictos socioambientales y territoriales con comunidades en áreas de reocupación Kaiowá y Guaraní en Mato Grosso do Sul.

Línea (s) de discusión (descripción del Simposio):



X CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DE COIMBRA

14, 15 E 16 DE OUTUBRO DE 2025



Apoio Institucional



La efectivación de los derechos de la naturaleza y los derechos colectivos de los pueblos y comunidades tradicionales enfrenta varios desafíos en el contexto de la emergencia climática. En la audiencia de Opinión Consultiva sobre Emergencia Climática de la Corte Interamericana de Derechos Humanos, se destacó que la autodeterminación y las formas de territorialidad de los pueblos y comunidades son fundamentales para combatir la degradación ambiental, limitar la pérdida de sociobiodiversidad y frenar la deforestación, son cruciales para la lucha contra el cambio climático. Hace casi dos décadas, asistimos a importantes avances constitucionales en América Latina con el reconocimiento de los principios y derechos pluralistas de la Madre Tierra, apuntando a una nueva forma de convivencia ciudadana, en diversidad y armonía con la naturaleza, para alcanzar el buen vivir, “el sumak kawsay”. Los derechos fundamentales de los pueblos son inseparables de los derechos de la naturaleza, dimensiones de la dignidad de la persona humana y de las comunidades como la libre determinación y la territorialidad, la titularidad colectiva de las tierras y territorios, la protección de sus lugares sagrados, el derecho a ser consultados siempre que se prevean medidas administrativas o legislativas que puedan afectarles. En este sentido, el simposio pretende discutir la importancia de hacer realidad los derechos humanos de las comunidades y los derechos de la naturaleza. Comprender las estrategias jurídicas y políticas a través de protocolos de consulta autónoma, los desafíos, avances y limitaciones hermenéuticas del alcance del derecho al consentimiento libre, previo e informado en la Corte Interamericana y otros Tribunales para la comprensión del derecho a la libre determinación como salvaguarda de los derechos de la naturaleza.

Idioma de los resúmenes que serán aceptados para la presentación:

- Portugués (X)
- Inglés (X)
- Español (X)

ACOMPANHE O CIDH Coimbra

cidhcoimbra.com

contact@cidhcoimbra.com

@cidhcoimbra

